

Este boletim é uma publicação da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNseg.

EDITORIAL



Marcio Serôa de Araujo Coriolano
Presidente da CNseg

Surpresa com VGBL em novembro reverte tendência estatística

Desconsiderado o DPVAT, cuja arrecadação vem sendo afetada por medidas administrativas da Susep, os dados de janelas móveis de 12 meses até novembro divulgados pela Autarquia decepcionaram pela súbita reversão de tendências. Até outubro, as séries móveis mostravam contínuo crescimento nominal que chegou a 9,7%, enquanto o mês de novembro foi tão afetado que derubou a taxa para 8,2%.

Mas, sabe-se que os Planos de Acumulação, especialmente o VGBL, têm forte peso na composição da carteira total de seguros. No ano de 2017, aquele último representa mais de 44%, ex-DPVAT. Pois então, foi a desaceleração do VGBL, saindo de incrementos na faixa de dois dígitos altos ao longo de todo o ano para 9% em novembro, quem fez toda a diferença. Analistas do ramo de Vida e Previdência atribuem esse efeito a comportamento atípico de uma das companhias líderes do segmento. Apenas para tornar prático esse efeito para o conjunto do mercado de seguros (ex-DPVAT), sem o VGBL a evolução em 12 meses terminados em agosto foi de 5,2%, em setembro de 6,0%, em outubro de 7,3% e de novembro ainda cresceu para 7,6%.

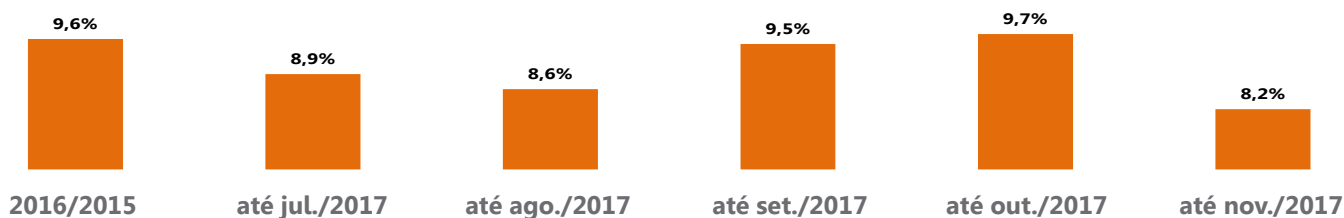
Ainda observando a série de 12 meses até o mês de novembro, não há outras surpresas. O segmento de Automóveis segue em lenta recuperação. Os segmentos de Crédito e Garantias, Rural e Vida/Prestamista permanecem com comportamento muito forte. Agora, faltando apenas um mês para o fechamento de dados de desempenho de 2017, e depois desse novembro desconcertante, ninguém pode se arriscar muito a prever o que acontecerá ao apagar das luzes, já que se trata de período de sazonalidades e esforços de venda extraordinários.

O professor Lauro Faria apresenta a seguir as suas avaliações abalizadas.

Neste número da Carta do Seguro estamos contando, orgulhosos, com entrevista concedida pelo Ministro Dyogo Oliveira, da pasta do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Nela, o Ministro analisa ampla e detalhadamente a situação fiscal do País e os efeitos positivos que a Reforma da Previdência trará para as contas públicas.

Boa leitura!

CRESCIMENTO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO - 12 MESES MÓVEIS MERCADO SUSEP (SEM DPVAT)



ENTREVISTA ESPECIAL

Dyogo Oliveira

Ministro do Planejamento

A Reforma da Previdência é a ação de curto prazo mais importante para garantir o equilíbrio de longo prazo para as contas públicas e a solvência da economia brasileira. A opinião é do Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que, em entrevista exclusiva à Revista de Seguros, destacou: "Sem essa reforma, a flexibilidade do Orçamento para uma atuação discricionária do Governo e o Novo Regime Fiscal ficam comprometidos num futuro próximo, com impactos negativos no risco Brasil". Segundo o Ministro, o efeito sobre investimentos, inflação e câmbio, gerado pela não aprovação da reforma, poderá resultar em perda de três a cinco salários mínimos (cerca de R\$ 2.810 a R\$ 4.680) na renda de cada brasileiro ao longo dos próximos anos".

1) Historicamente, o gasto público aumenta em anos eleitorais, não só no Brasil. Como o senhor avalia essa perspectiva do ponto de vista da meta fiscal para 2018?

É importante deixar claro para toda a sociedade brasileira que o Governo do Presidente [Michel] Temer liderou reformas importantes, que estabelecem uma nova realidade institucional e reduzem os riscos de aumento dos gastos públicos em anos eleitorais. Pelo Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional nº 95/2016), o crescimento dos gastos públicos está limitado à inflação verificada no período anterior à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária. Por isso, diferentemente dos anos eleitorais anteriores, o Orçamento de 2018 foi elaborado sem crescimento real dos gastos públicos. O teto das despesas para o próximo ano foi corrigido apenas pela inflação. Temos, pela primeira vez, de forma inédita, previsibilidade para o comportamento da despesa pública no próximo ano. Só é possível elevar ou criar um gasto novo, caso haja redução de outra despesa.

2) Qual sua opinião sobre o estudo da Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, segundo o qual o Brasil só volta a ter superávit primário em 2023?

O estudo foi publicado no final de junho de 2017, ainda sem refletir as novas metas propostas pelo Governo e sem considerar os resultados da retomada do crescimento, hoje uma realidade. Em agosto, foi enviada proposta de mudança das metas fiscais constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2018) para o triênio 2018-2020. Segundo essas projeções, o Governo deverá incorrer em déficit pelo menos até 2020. Ou seja, estabelecemos uma trajetória indicativa da meta fiscal mais conservadora. No processo de elaboração do Projeto da LDO-2019, esse planejamento de médio prazo do Governo será atualizado e incorporaremos o ano de 2021 nas projeções. Vale destacar, entretanto, que alguns economistas já projetam superávit para o setor público a partir de 2020. De todo modo, as projeções de superávit primário dependem da aprovação das reformas necessárias para a consolidação fiscal em curso.

3) Que medidas precisam ser tomadas para evitar que essa previsão do IFI se confirme?

O fator mais importante para o Governo voltar a apresentar superávit primário em um período mais próximo é melhorar a eficiência e eficácia do gasto público, reduzindo os dispêndios e elevando os resultados de sua atuação. Nesse sentido, a agenda das principais reformas já está colocada, sendo a da Previdência a prioritária no curto prazo. Sem a Reforma da Previdência, a flexibilidade do Orçamento para uma atuação discricionária do Governo e o Novo Regime Fiscal ficam comprometidos no futuro próximo, com impactos negativos no risco Brasil, aumentando o endividamento público e disparando uma cadeia de efeitos negativos sobre toda a economia. Além da Previdência, também temos trabalhado em outras frentes para sustentar o Novo Regime Fiscal, buscando melhor eficiência do gasto público. Despesas com programas e políticas públicas estão sendo revistas, especialmente dentro do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), para evitar desperdícios e distorções da aplicação do recurso público. Um exemplo é a economia gerada com a revisão dos beneficiários do Auxílio-Doença, suspendendo pagamentos indevidos. O FIES (crédito ao aluno do ensino superior) também passou por revisão, resultando em redução dos juros e da inadimplência para garantir a sustentabilidade de um programa tão importante ao País. Entretanto, o principal vetor de recuperação das receitas é a consolidação do crescimento econômico. E isso só vai ocorrer quando forem aprovadas as reformas necessárias para ajustar as contas públicas.

4) Como o Governo pretende conseguir que o Congresso aprove o adiamento do reajuste dos servidores e o aumento da alíquota previdenciária destes servidores em ano eleitoral?

O Governo está deixando claro para o Congresso e a sociedade que só o crescimento econômico é capaz de reduzir a taxa de desemprego e melhorar o bem-estar da sociedade. E que não existe crescimento sustentado por longos períodos com desequilíbrio nas contas públicas. O aumento das despesas públicas, consequência inevitável do reajuste de salários dos funcionários e da manutenção das regras do atual sistema previdenciário, pressionará o teto do gasto público, comprometendo investimentos e despesas discricionárias, repercutindo em um ciclo vicioso para a economia. Devemos estar sensíveis a esta realidade. A crise econômica afeta diretamente a vida dos cidadãos. Vários governos estaduais passam por dificuldades financeiras, inclusive para honrar os salários de servidores. Isso não é uma construção teórica, restrita a debates. Aumento do risco País, desvalorização da moeda, redução de investimentos e risco inflacionário têm impacto real e direto na vida dos brasileiros. Significam menos empregos e retração real na renda. Dependendo do cenário de deterioração, se a Reforma da Previdência não for aprovada provocará perda de cerca de três a cinco salários mínimos na renda de cada brasileiro ao longo dos próximos anos.

5) O Governo deverá pedir que o Congresso aprove um novo aumento da meta de déficit primário para 2018, que passou de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões? Como evitar isso?

Não consideramos essa hipótese. Tecnicamente falando, o Orçamento de 2018 foi aprovado com despesas muito próximas ao limite do teto constitucional. Dessa forma, o risco associado à alteração da meta de 2018 é decorrente unicamente de eventual frustração de receitas, especialmente por conta de menor atividade econômica. Mas os últimos dados da arrecadação, bem como as expectativas de mercado, não apontam para essa direção. A melhora da economia já está sendo refletida nas receitas arrecadadas e as expectativas de mercado para o crescimento econômico em 2018 estão em elevação nas últimas semanas, aproximando de 3%, a nova estimativa oficial do Governo.

6) Quais os pontos da reforma que precisam ser aprovados para que haja efeito significativo de longo prazo sobre as contas públicas?

Todos os pontos incluídos da emenda aglutinativa elaborada pelo Congresso Nacional em conjunto com o Poder Executivo são fundamentais, tais como: i) idade mínima de 55 anos para homens e 53 anos para mulheres; ii) regra de transição gradual de até 20 anos, alcançando idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres; iii) nova regra de cálculo das aposentadorias e pensões; iv) convergência das regras do setor público com o setor privado. Ressalte-se que os pontos mais polêmicos da proposta original foram excluídos do texto, em especial os dispositivos que tratavam do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadorias rurais. O perfil da sociedade brasileira vem mudando rapidamente, com o aumento da expectativa de vida e a diminuição da fecundidade, o que altera profundamente a proporção de ativos e inativos no mercado de trabalho. Projeções do IBGE mostram que há hoje 140,9 milhões de pessoas em idade ativa; em 2060, serão 131,4 milhões, queda de 6,7%. No mesmo período, o número de idosos crescerá 262,7%. Hoje, uma em cada dez pessoas é idosa. Em 2060, a proporção passará a uma em cada três. A situação ficou insustentável – ou se reforma agora o atual sistema de pagamento de aposentadorias e benefícios ou não haverá condições de pagar as contas em um futuro próximo.

7) Qual a reação a se esperar dos investidores que dão sustentação à dívida pública brasileira, caso a situação fiscal do país não evolua nos próximos anos? É possível que eles venham a exigir aumento do prêmio de risco, incluindo aumento da taxa Selic?

Caso o processo atual de consolidação fiscal se deteriore, é possível que ocorra aumento do prêmio de risco, com impactos negativos na taxa de câmbio, na inflação e nos juros, prejudicando toda a sociedade brasileira. Seria a reversão do processo de retomada do crescimento econômico do País, algo extremamente grave que coloca em xeque os aspectos econômicos e bem-estar da população. Avanços importantes de indicadores sociais observados neste ano podem se perder, como a recuperação do emprego formal.

8) Qual o trunfo do governo para evitar que a situação fiscal se deteriore em 2018?

O ano de 2018 já possui uma Lei Orçamentária aprovada respeitando o teto dos gastos e com uma previsão de crescimento do PIB conservadora. Para o futuro, não há outra alternativa: aprovação de reformas e aumento da eficiência e eficácia do gasto público.

ANÁLISE CONJUNTURAL

por Lauro Faria

Economista da Escola Nacional de Seguros

Em novembro passado, a arrecadação de produtos de seguros (portanto, exceto Capitalização) na área de regulação da Susep somou R\$ 19,2 bilhões, mostrando significativa desaceleração em relação ao ocorrido em meses anteriores. Comparado com outubro de 2017 e excetuando também o DPVAT, cuja receita foi administrativamente reduzida em fins de 2016, houve queda da arrecadação de 1,7%; no cotejo com o mesmo mês de 2016, a queda foi 1,4% e no acumulado do ano até novembro em comparação com igual período de 2016, a taxa de expansão caiu ligeiramente para 8,2%. Comparem-se essas taxas com, por exemplo, o verificado em outubro passado: 7,5% no cotejo mês/mês anterior; 16,6% na comparação mês/mesmo mês de 2016 e 9,3% no acumulado do ano contra mesmo período de 2016.

Em termos de grupos de seguros, em novembro passado houve quedas na arrecadação de Ramos Elementares (-8,3% em comparação com outubro de 2017) e de produtos de riscos de Coberturas de Pessoas (-4,6% na mesma base de cotejo) e pequena expansão da receita de Planos de Acumulação (+2,4%, idem), sendo notável a queda de 2% na família VGBL - de longe a principal fonte de arrecadação das seguradoras na área da Susep - e o aumento de 58,4% na família PGBL. Na verdade, foi esse desempenho do VGBL que discrepou do padrão sazonal e condicionou o resultado global do mercado. De fato, as quedas de arrecadação de seguros de Ramos Elementares e de produtos de risco de Coberturas de Pessoas não estão muito fora do padrão sazonal verificado nos anos anteriores nos meses de novembro em relação a outubro. O mesmo não se pode dizer do comportamento dos VGBL cujas receitas costumavam acelerar fortemente nos dois últimos meses dos anos. Assim, é de se indagar a razão desse fato.

Uma possibilidade, sujeita à confirmação, pode ter relação com a queda das taxas de juros, induzida pela redução da taxa Selic a 7% podendo cair ainda mais em 2018. Com baixas taxas de juros, a rentabilidade do VGBL líquida de tributos e de taxas de administração pode ficar pouco acima da inflação e abaixo de opções concorrentes. Entre essas, cabe notar uma do próprio mercado segurador: o PGBL, que conta com benefício fiscal (dedução do IR até 12% da renda tributável), sendo ideal para os contribuintes que declaram pelo formulário completo do IR. Talvez isso explique, em parte, a forte expansão do PGBL em contraste com a queda do VGBL. O dado de novembro, entretanto, não alterou significativamente o caminho de expansão da arrecadação do mercado no acumulado de 2017 contra igual período de 2016. Os prêmios diretos de planos de risco de Coberturas de Pessoas aumentaram 11,8%, os aportes aos Planos de Acumulação, 7,2% e os prêmios de seguros de Ramos Elementares, exceto DPVAT, 7,4%. A receita de prêmios diretos de DPVAT caiu 31,8%. A recuperação permanece generalizada com resultados negativos em apenas três grupos: Riscos de Engenharia (-21,3%), Marítimos e Aeronáuticos (-15,5%) e Capitalização (-2,3%).

Em síntese, na área da Susep, a arrecadação alcançou R\$ 222,7 bilhões no acumulado do ano, 5,6% acima do ocorrido em 2016, as indenizações foram de R\$ 116 bilhões, com aumento de 4% sobre 2016 e as provisões técnicas, R\$ 893,9 bilhões, 16,7% acima do dado de 2016, resultados positivos em comparação com o registrado nos demais setores da economia brasileira. No setor de Saúde Suplementar, os últimos dados divulgados pela ANS são do terceiro trimestre e mostram permanência do crescimento do setor: a receita de contraprestações dos planos médico-hospitalares e odontológicos atingiu R\$ 133,4 bilhões e mostrou acréscimo de 10,3% no acumulado do ano até o citado trimestre contra igual período de 2016.

Apenas supervisionadas Susep (em R\$ bilhões)		Até novembro		Varição nominal %	Varição real %
		2016	2017	2017/2016	2017/2016
1	Ramos Elementares	63,1	64,5	2,2%	-1,2%
1.1	Automóvel	28,7	30,6	7,0%	3,3%
1.2	DPVAT	8,3	5,7	-31,8%	-34,1%
1.3	Patrimonial	9,4	9,9	5,7%	2,1%
1.3.1	Massificados	6,6	7,2	8,0%	4,4%
1.3.2	Grandes Riscos	2,4	2,5	3,1%	-0,4%
1.3.3	Risco de Engenharia	0,4	0,3	-21,3%	-23,9%
1.4	Habitacional	3,1	3,5	10,6%	6,8%
1.5	Transportes	2,3	2,4	4,9%	1,4%
1.6	Crédito e Garantia	2,7	3,5	28,2%	23,9%
1.7	Garantia Estendida	2,3	2,5	5,3%	1,7%
1.8	Responsabilidade Civil	1,4	1,4	0,4%	-3,0%
1.9	Rural	3,3	3,8	15,0%	11,2%
1.10	Marítimos e Aeronáuticos	0,8	0,6	-15,5%	-18,4%
1.11	Outros	0,8	0,6	-24,1%	-26,6%
2	Coberturas de Pessoas	128,7	139,6	8,5%	4,8%
2.1	Planos de Risco	30,5	34,4	12,5%	8,7%
2.1.1	Seguro Coletivo	22,0	23,8	8,5%	4,8%
2.1.2	Seguro Individual	6,0	7,4	23,7%	19,6%
2.1.3	Planos Tradicionais	2,6	3,1	20,6%	16,5%
2.2	Planos de Acumulação	98,2	105,3	7,2%	3,6%
2.2.1	Família VGBL	90,4	96,2	6,5%	2,9%
2.2.2	Família PGBL	7,1	8,3	16,7%	12,7%
2.2.3	Planos Tradicionais	0,7	0,8	7,2%	3,6%
3	Capitalização	19,0	18,5	-2,3%	-5,6%
=1+2+3 Total		210,8	222,7	5,6%	2,1%
Varição Nominal		8,3%	5,6%		

Fonte: Superintendência de Estudos e Projetos (SUESP) da CNseg

**Acesse. Ouça. Compartilhe. Curta.
Conecte-se com a CNseg!**

 **RádioCNseg**
radio.cnseg.org.br

 /CNseg

 CNseg

 Canal Seguro

 @CNsegOficial